

Dom Manoel (O Venturoso): o rei expansionista do tambor de Mina Amazônico

*Taissa Tavernard de Luca**

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o panteão da Mina, em Belém do Pará, enfocando uma categoria de entidades de alto *status*, denominada de “senhores de toalha”, ou “nobres gentis nagôs”. Trata-se de reis e nobres europeus que possuem ligação com a história luso-brasileira e que foram “divinizados”. Abordarei a trajetória de Dom Manoel, rei português da dinastia de Avis, responsável pelo processo de expansão marítima e descoberta do Brasil. Recupero parte da história de vida desse personagem na tentativa de entender o processo de divinização do homem público, bem como a construção dos mitos ligados a ele. Procuo apontar valores que estão subjacentes às narrativas míticas, entre os quais destaco o simbolismo da branquidade.

Palavras-chave: História; Mito; Religião de Matriz Africana; Tambor de Mina.

Dom Manoel (The Fortunate): The Expansionary’s King Of The Afro-Amazonian Religion

Abstract

This work aims to analyze the pantheon of Mina in Belem, focusing on one category of high-status entities, called “towel lords”, or “noble nagôs kind”. It is kings and European nobles that have connection with the Luso-Brazilian history and were “deified”. Among them, discuss the Dom Manoel trajectory, Portuguese king of Avis, responsible for overseas expansion process and discovery of Brazil. Recover part of the life history of this character in an attempt to understand the deification process of the public official and the construction of the myths attached to it. I try to point values underlying the mythical narratives, among which highlight the symbolism of whiteness.

Keyword: History; myth; Afro-Brazilian Religion; “Tambor de Mina”.

* Universidade do Estado do Pará. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, Professora Adjunta 1 do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará e Coordenadora Do Grupo de Pesquisa Religiões de Matriz Africana na Amazônia. E-mail: taissaluca@gmail.com. Curriculum lattes: • CV: <http://lattes.cnpq.br/8603721964124324>

Don Manuel (El Afortunado): el rey expansionista de las religiones afro-amazónicas

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar el panteón del “Tambor de Mina” en Belem centrado se en una categoría de entidades de alto estatus, llamados “señores de la toalla” o “tipo nagôs noble”. Son reyes y nobles europeos que tienen conexión con la historia luso-brasileño y fueron “deificados”. Discutiré la trayectoria Don Manuel, rey portugués de Avis, responsable del proceso de expansión en el extranjero y el descubrimiento de Brasil. Recupero parte de la historia de la vida de este personaje, en un intento de entender el proceso de deificación del funcionario público y la construcción de los mitos que se le atribuye. Trato de señalar los valores subyacentes a los relatos míticos, entre los que se destacan el simbolismo de la blancura.

Palabra clave: Historia; Mito; Religión de matriz africana; Tambor de Mina.

Introdução

É necessário que se desconstrua a visão que algumas pessoas possuem sobre as religiões afro-brasileiras como uma forma homogênea de devoção a entidades negras. Falar em religião negra é falar numa diversidade de nomenclaturas. Terreiros¹ de Candomblé,² Mina,³ Umbanda,⁴ Xangô,⁵ Jurema⁶ povoam os centros urbanos brasileiros, apresentando ritmos, danças, rituais e divindades diferentes.

A religião que vou abordar neste trabalho é especificamente a Mina, ou Tambor de Mina; a mais antiga e tradicional praticada na Amazônia. Matriz religiosa de ascendência africana, oriunda do antigo Daomé (atual Benim), que se estabeleceu no eixo norte e nordeste, mais especificamente no Estado do Maranhão, de onde migrou para o Pará, provavelmente no período da economia gomífera.

O que mais interessa mencionar, nos limites deste artigo, a respeito dessa religião, é que o seu panteão é formado por diversas categorias de entidades. Essas entidades reproduzem a fábula das três raças (DA MATTA,1991), mito fundante do povo brasileiro. É possível verificar entidades negras bem como indígenas, mestiças e brancas.

¹ Lugar onde são realizadas a maioria das cerimônias afro-brasileiras, de cunho público ou privado.

² Chama-se de “Candomblé” ao culto de Nação “Iorubá”, cujas características principais são a adoração aos “Orixás” e o processo iniciático de 21 dias.

³ Ver referência a seguir.

⁴ Religião fundada no Brasil a partir de crenças e ritos oriundos do catolicismo, do espiritismo Kardecista e dos cultos de matriz africana.

⁵ Denominação dada ao culto “iorubá”, no Recife.

⁶ Religião afro-indígena do nordeste, que cultua os mestres e faz uso de uma bebida litúrgica de mesmo nome.

Para falar do conjunto de entidades que compõem o panteão da *Mina*, no Pará, recuperarei Anaíza Vergolino, quando diz que, em se tratando da *Mina* no Pará, “tanto se cultua os orixás nagôs (...) quanto aos voduns jêjes que podem corresponder aos orixás nagôs (...). De todos os orixás, Iansã é, sem dúvida, o mais popular (...). Em Belém, é amplamente conhecida como Babassueira, Maria Bárbara Soeira ou simplesmente Maria Bárbara” (VERGOLINO, 2003: 22).

Esmiuçando essa ideia, o panteão divide-se em duas macrocategorias, que são as *divindades* e os *encantados*.

Quadro 1: Categorias de Divindades

DIVINDADES: Voduns Orixás

Quadro 2: Categorias de Encantados

ENCANTADOS: Nobres Gentis Nagôs ou Senhores de Toalha E Caboclos

As divindades são tanto os *orixás* – panteão iorubano – quanto os *voduns* – panteão jeje – (LEACOCK, 1972), que ou representam as forças da natureza, ou são ancestrais negros. Essa união de forças da natureza e negritude na mesma categoria suscita análise acerca da interpretação da figura do negro na sociedade brasileira. São eles as *entidades* máximas no que tange à hierarquia do panteão. Por isso, são comumente referidos pela expressão: Os “brancos”.

Por vezes, *orixás* e *voduns* são descritos como categorias sinônimas. Outras vezes, eles são diferenciados, embora toda vez que se pergunte quem é um *vodum* – a exemplo de Dan – eles sempre explicam a partir da mitologia *iorubana* – no caso *Oxumaré*. No Pará, a mitologia *jeje* é pouco lembrada. Nesse sentido, ela se recria a partir do referencial dos *orixás*. Essas entidades são organizadas em famílias africanas, geralmente são festejadas no dia do santo católico (FERRETTI, M., 2000, 2003).

Os *encantados* são, por sua vez, entidades não africanas (FERRETTI, M., 2000) que pertencem a diversas nacionalidades, são europeus, turcos, índios brasileiros etc. Sua característica maior é a não morte (FERRETTI, M. 2000; VERGOLINO, 2003; PRANDI & SOUZA, 2001; SHAPANAN, 2001). A

maioria dos *encantados* é descrita como seres (pessoas, bichos) que tiveram vida, mas que não passaram pela experiência da morte. Saíram deste mundo de forma fantástica (TODOROV, 2003) e passaram a habitar as *encantarias* que se localizam em lugares geográficos específicos, como matas, rios, praias, formações rochosas etc.

Seth e Ruth Leacock dão a seguinte definição:

Litterally this term can be translated as “enchanted one” but since this term in English suggests creatures held in some sort of temporary magic spell that might be broken the translation is inappropriate. While it is true that some *encantados* are conceived of former men and women, it is believed that their natural destiny was somehow permanently altered and that under no circumstances will they ever revert to the condition. Besides many *encantados* were born as such and never lived on earth as mortal and the origin of a still other is quite unknown (...) cult members point out are mystery that human cannot understand (LEACOCK, 1972).

Essa categoria pode ainda ser subdividida em *encantados*, que se aproximam dos *voduns*, e *encantados caboclos*. Os primeiros são chamados *nobres gentis nagôs*,⁷ ou *senhores de toalha*,⁸ e correspondem à nobreza europeia de países católicos. Os mais comuns são os nobres portugueses que, de alguma forma, tiveram relação com o processo de expansão marítima e colonização do Brasil. Geralmente, são apenas equiparados aos *voduns* e *orixás*, por vezes até classificados dessa maneira ou incorporados às suas famílias. Todos os *nobres gentis nagôs* são descritos como “brancos” e formam, com os *voduns* e *orixás*, o patamar mais alto da hierarquia *mineira*. Organizados em famílias,⁹ eles tematizam, cada um ao seu modo, valores como o cristianismo, lusitanismo, absolutismo, poder centralizado etc.

Os antropólogos Seth e Ruth Leacocks classificam as três entidades supracitadas: *voduns*, *orixás* e *senhores de toalha* dentro da categoria senhores que eles descrevem como possuidores de *high status*. Esse grupo pode ser subdividido, segundo o gênero, em *Male* (masculino) e *Female* (feminino). Nesse sentido, temos o grupo masculino. De acordo com eles, composto por *Oxalá*, *Xangô* (*José Tupinambá*), *D. Luiz*, *Rei Toi Adossu*, *Akossi Sapata*, *Bem Boçu da Cana Verde*, *Rei de Nagô*, *Rei Noé*, *Rei Salomão*, *Rei Taculumí*, *Urubatan Jesus*.

⁷ Chama-se de *nobres gentis nagôs*, ou *senhores de toalha*, aos *encantados* de status superior, que representam a nobreza europeia.

⁸ Existem outras denominações que se referem a essas entidades, quais sejam: os *brancos* ou *gente fina*, a última já registrada pelos Leacocks (1972) durante a década de 1950.

⁹ Seth e Ruth Leacock (1972) informam a existência de certos *encantados* que “vivem sozinhos sem parentes” (tradução do autor). Eles denominaram essas entidades de “solitary spirits”.

O feminino, muito menos denso, compõe-se de *Nana Burucó*, *Rainha Barba* (*Inhançã*), *Iemanjá*, *Janaina*, *Oxum*, *Princesa Sinhá Bé* (LEACOCK, 1972: 157).

Os *caboclos* são *entidades* mestiças, de várias nacionalidades. “São encantados, não são espíritos de índios mortos” (VERGOLINO, 2003: 22), nem tampouco são todos índios. Existem várias famílias de *cabocos* como os *codoenses*,¹⁰ os *juremeiros*,¹¹ os *surrupiras*,¹² os *turcos*¹³ (ou mouros¹⁴) e os *bandeirantes*.¹⁵ (FERRETTI, M., 2000; VERGOLINO, 2003; PRANDI & SOUZA, 2001), que possuem *status* bem inferior do que os *encantados* descritos.¹⁶

Os *turcos* e *bandeirantes* são considerados como entidades hierarquicamente intermediárias, haja vista que possuem nobres mestiços, descritos – na maioria das vezes – como não brancos. Percebemos que alguns informantes caracterizam alguns desses nobres por meio de descrições que os aproximam dos *cabocos*, o que nos fez pensar que sejam nobres com *status* um pouco inferior ao dos *senhores de toalha*.¹⁷

Mundicarmo Ferretti, em seu livro *Desceu na Guma*, os classifica como *gentilheiros*, e os descreve como “fidalgos, não confundidos com os orixás, às

¹⁰ Recebem o nome de *codoenses* os *cabocos* classificados como negros, de hierarquia mais “terra a terra”. Sua *encantaria* está localizada nas matas da cidade de Codó, situada no Maranhão. Pela sua baixa posição na hierarquia do panteão, quando incorporados em seus filhos, efetuam trabalhos domésticos.

¹¹ São *cabocos* índios, moram em tribos. Sua *encantaria* está situada na mata da *Jurema*, um lugar mítico. São descritos como valentes e guerreiros. Alguns possuem nomes de índios da literatura brasileira, como Iracema.

¹² *Cabocos* ora descritos como índios não civilizados, ora como seres antropomorfos muito peludos. O fato é que os *surrupiras* são entidades arredias com hábitos selvagens. Costumam subir em árvores espinhosas e se embrenhar no meio da mata.

¹³ Os *turcos* são os *cabocos* mais comuns no Estado do Pará. Trata-se dos muçulmanos que lutaram contra os cristãos nas célebres cruzadas. Uma herança clara do folclore ibérico, presente em folguedos como a Marujada de Bragança, a Festa de São Thiago, em Mazagão etc. O chefe da família da Turquia é o rei da Turquia.

¹⁴ Há quem descreva os *turcos* como brancos, no entanto, são os brancos não católicos.

¹⁵ Os *bandeirantes* são desbravadores ligados ao episódio histórico das Entradas e Bandeiras. Trata-se de uma família eclética, pois, inclusiva. Conta-se que seu *João da Mata* – o chefe da família – em suas conquistas, ia agregando os índios, que encontrava pela frente. Outras narrativas afirmam que índios e bandeirantes não se dão bem, pelo fato de terem travado diversas guerrilhas com os mesmos.

¹⁶ Seth e Ruth Leacock (1972: 157) alistam os seguintes *caboclos*:

1) Masculinos: Antônio Luís Corre Beirado, Boiadeiro da Visaura, *caboclo* Brabo, *Caboclo* Luar, *Caboclo* de Olha Dagua, Cidalino, Constantino (Bahiano Grande), Seu Gavião, Jurupari, Marabá, Marinheiro, Mestre Marajó, Pombo do Ar, Ricardino, Seu Risca, Tubian.
2) Femininos: Herondina, Indaê, Iracema, Maria Mineira da Luz, Preta “mina”.

¹⁷ É importante frisar que os informantes que carregam essas *entidades* não concordam com a afirmativa, embora os descrevam como mais desprovidos de sinais diacríticos, que indicam nobreza, se compararmos com os nobres europeus cristãos.

vezes também confundidos com os caboclos (...) que não pertencem à nobreza europeia cristã” (FERRETTI, M., 2000; 74). Formam famílias menos herméticas do que as de *voduns*, *orixás* ou *nobres*, podendo ser compostas tanto por nobres como por *caboclos*.

Além de mestiços, esses *nobres* podem ser também não cristãos ou cristãos convertidos. A exemplo, podemos citar os *turcos*, por alguns descritos como muçulmanos e, por outros, como neocristãos, e seu João da Mata, que em uma das narrativas – muito contestada e polêmica – é classificado como cristão-novo.

Agregam-se a essa categoria de *caboclos* também os *surrupiras*, descritos por Vergolino (2003) como “*encantados* locais, tendo sua encantaria ou morada na localidade de Arapixi, município de Chaves, Ilha do Marajó”. As narrativas sobre essas entidades são imprecisas. Uns os descrevem de índios não “civilizados”, outros como entidades metamórficas muito peludas. O fato é que todos concordam com os hábitos selvagens que os *surrupiras* têm, de se embrenhar no meio do mato, abraçar-se com as árvores de tucumã, ou até dormir em cama de espinhos.¹⁸

A maioria das casas também absorveu a imagem de *Exu*, advinda da *Umbanda*. Um corpo de entidades que representam o povo da rua, formado por prostitutas, ladrões, ciganas, malandros, que são devidamente representados.¹⁹

Apesar dessa riqueza simbólica, que suscita muitas possibilidades de análise, abordarei, nesta seção, apenas o personagem branco do panteão, com destaque para a categoria denominada Nobres Gentis Nagôs, ou Senhores de Toalha.

Tem branco na Guma: os limites da adoração real

Conforme já mencionado, assumi aqui a tarefa de analisar a parte “branca” do panteão do Tambor de Mina. Mas o que de fato é ser branco? Para tentar responder a essa pergunta, lancei mão da incipiente teoria da branquidade, pouco definida, estudada a reboque da negritude.

Durante muitos anos, a branquidade funcionou como padrão da sociedade perfeita, foi naturalizado como ideal de nação, suscitando diversos movimentos que visavam o alcance desse padrão de civilização. Partindo desse pressuposto de normalidade, diversos pesquisadores (RODRIGUES, 1938; 1977; VIANA, 1973; ROMERO, 1888) dedicaram-se a estudar o elemento anormal, que deveria ser extirpado da sociedade brasileira a fim que ela evoluísse. Com esse intuito, a intelectualidade branca e mulata voltou seus

¹⁸ O casal Leacock reitera que os *encantados* são diferentes dos santos, uma vez que, entre outras coisas, estão mais próximo ao homem e moram no fundo, enquanto os santos moram no alto – céu.

olhos para a negritude. Não parecia necessário falar do que era modelo de civilização, por isso não refletiam sobre o ser branco. Ser branco era simplesmente ser. Dificilmente esse grupo social é identificado a partir da cor de sua pele ou tampouco acusado por causa disso, uma vez que ser branco era visto como mérito. Imperava a invisibilidade dessa condição que era tida como desracializada (BENTO, 2004).

Os pesquisadores da virada do milênio dedicaram-se a refletir sobre “o problema negro” (RODRIGUES, 1977). Voltar os olhos para essa questão significava tentar buscar uma solução para que o Brasil, recém-saído de um regime escravocrata, galgasse a “normalidade”.

Somente muito recentemente as academias voltaram os olhos para o quesito branquidade numa tentativa de quebrar a invisibilidade dessa marca social e étnica. Dessa vez, a empreitada partiu da intelectualidade negra, emergente, organizada em movimentos sociais, percebendo que a categoria de negritude possuía outro polo, a metade que faltava do par de oposto, uma vez que ser negro configurava-se em oposição ao ser branco.

Existe uma bibliografia incipiente sobre o assunto que, na tentativa de transformar a branquidade em categoria analítica, ainda se prende nas amarras da oposição já mencionada, muito mais apontando os estragos que sua concepção ocasionou ao ser negro do que propriamente definindo conceito.

Entender o ser branco minuciosamente é garimpar a bibliografia e se contentar com respostas lacônicas. Acima de tudo, ser branco está relacionado a ter prestígio social, econômico e político (WARE, 2004). É estar no topo de uma sociedade altamente hierarquizada.

Condição construída historicamente (AMADOR, 2007), ao longo do processo colonial brasileiro, esse tema não podia estar ausente de um panteão que se constrói a partir da História do Brasil. Tema referido simbolicamente pela mitologia ao longo de anos de dominação ibérica. Branquidade é uma posição social ocupada principalmente por pessoas de ascendência europeia, como consequência das ideologias coloniais (STEYN, 2004).

Como bem delimita Melissa Steyn (2004):

Os europeus tornaram-se brancos à medida em que se expandiram e fizeram conquistas criando uma identidade que usou o africano como principal contraste (...). A construção dessa identidade está baseada na idéia de que os europeus eram um grupo natural de pessoas essencialmente unidas por atributos intrinsecamente superiores de produção endógena, funcionou como uma forma de controle social (...) Os brancos eram naturalmente aptos para governar (...) (2004; 149).

Ser branco é muito mais um fenômeno social. Está no plano da cultura e não da natureza, envolve cor da pele, mas também envolve aspectos socioeconômicos, como *status* e poder político. Ruth Frankberg (2004) afirma tratar-se de uma posição de poder vivenciada por uma situação confortável na geografia social da raça. Racheff (2004) lembra que a branquidade tem valor em espécie, um tipo de propriedade que garante, entre outras coisas, vantagens materiais.

Como modelo de humanidade, ser branco significa, antes de tudo, possuir poder simbólico, garantir *status*, ter privilégios, prestígio, acesso à dominação. A elite brasileira é branca ou branqueada – haja vista que essa também não é uma condição estática – sem sequer ter parado para refletir sobre isso.

O *status* da cor pode ser instável. Num país como o Brasil, pode-se tornar branco ou deixar de ser branco. Uma pessoa ganha ou perde branquidade na medida em que ascende ou decai na escala socioeconômica, ou seja, o *status* dá acesso à branquidade.

E se ninguém bate no peito e alardeia a condição de branco, existem outros elementos que falam sobre essa condição, elementos esses que podem ser identificados no panteão da Mina.

Ser branco é sinônimo de não escravo, de não trabalho, ou pelo menos não trabalho manual. Ser branco é ter benefício material, que o coloca em posição de vantagem economicamente, significa disputa de privilégios materiais palpáveis, acesso desigual à habitação, poder, educação. É uma forma de propriedade, repassada como riqueza pelas gerações (RACHELEFF, 2007).

Mediante todas as considerações, resta o questionamento: Quem é branco no panteão mineiro? Como todas as características já referidas podem ser visualizadas na mitologia? Afinal de contas, quem são esses nobres que montaram corte na encantaria?

Este artigo tem a pretensão de mergulhar no imaginário branco do tambor de Mina, que é formado especificamente pelos Nobres Gents Nagôs, ou Senhores de Toalha,²⁰ talvez os personagens mais intrigantes do panteão mineiro.

Recebem o nome de Nobres Gents Nagôs, ou Senhores de Toalha, os encantados que possuem *status* de Vodum, representados pela nobreza europeia, principalmente de países cristãos que, de alguma forma, têm relação com o processo de expansão marítima e com a colonização do Brasil. Trata-se dos donos do poder; personagens hierarquicamente importantes, muitas vezes referidos como “os brancos”.

²⁰ Essas entidades recebem este nome: Senhores de Toalha, pois, uma vez em Guma, elas usam uma toalha de richilieu bordada como sinal de *status*.

Entre eles destacam-se: Rei Sebastião, D. José, D. Manuel, D. Luís, D. João, Marquês de Pombal e outros, pessoas reais que cruzaram os limites da vida e passaram a ser adorados. Perceber todas essas peculiaridades encheu-nos de questionamentos e nos levou a refletir. O que faz um indivíduo, historicamente explorado, adorar o seu civilizador? Será que a imagem construída sobre o Deus possui alguma correspondência com os personagens históricos? Por que divinizar um ser humano? O Elemento poder é fundamental para a construção do mito?

Infelizmente, não posso responder a todas essas inquietações, mas levanto hipóteses. A principal delas é que a prática de adorar líderes já era realizada na África, tendo havido um rearranjo. Orixás²¹ iorubanos foram, em vida, reis. Um exemplo é Xangô,²² que teria sido rei de Oyó.

Sérgio Ferretti lembra que os voduns também seguem o mesmo princípio. Ao falar da família de Davince, em seu livro *Querebetã de Zomadonu* (1985), ele afirma ser uma família real constituída por nobres, reis e príncipes. Entre os africanos que viraram entidades temos “Dadarro”, que reinou entre 1600-1620, e “Sepazim”, filha do rei Houegbadjá, que ficou no poder de 1645 a 1685, entre outros.

Sendo assim, suponho que, uma vez separados do sistema político de origem, afastados no tempo e no espaço de seus próprios personagens reais, os negros fizeram rearranjos e instituíram símbolos europeus em suas práticas milenares.

Outra hipótese que, de certa forma, ratifica a anterior, considera que o culto aos reis, principalmente àqueles que participam direta ou indiretamente do processo colonial brasileiro, como um modo de prestar reverência à ancestralidade, prática comum a todas as religiões de matriz africana. Todavia, o ancestral divinizado aqui não é propriamente o familiar, mas o representante da nação.

Esses chefes de Estado são, em sua maioria, portugueses membros de duas dinastias; Avis e Bragança. Da dinastia de Avis, recupera-se o Rei Sebastião “O Encoberto,²³” o mais antigo a ser adorado, e Dom Manoel, “O Venturoso”. A dinastia de Bragança cede todos os seus Joãos²⁴ (“O Restaurador”, “O Magnânimo” e “O Clemente”), Dom José “O Reformador” e Dom Pedro. Alguns momentos históricos são enfatizados no processo de

²¹ Orixás são entidades iorubanas que representam as forças da natureza.

²² Orixá Iorubano, senhor dos raios e do trovão, sincretizado com o santo católico, são Jerônimo.

²³ Já lemos referência de D. Sebastião como “O Desejado”.

²⁴ Acreditamos que o mito de Dom João seja construído a partir de características de cada um dos personagens históricos, cujos nomes são citados no texto.

escolha desses reis. São eles: a descoberta e a ocupação do Brasil, a elevação a Reino Unido de Portugal e Algarve, e sua posterior independência.

Ou seja, todos os reis colonizadores passaram para o panteão dessa religião, inegavelmente de matriz africana. Observar essa sacralização real aguçou o meu interesse pela religião. Posteriormente, à medida que avançava na leitura especializada, percebia que essa prática é mais comum do que poderíamos supor.

Um dos pais fundadores da ciência antropológica já apontava a universalidade da sacralização real. Apesar de todas as críticas que podem ser direcionadas ao pensamento evolucionista de Sir James Frazer (1982), não se pode negar o potencial enciclopédico e a característica arquivística do “Ramo de Ouro”. Ansioso por distribuir os povos na escala evolutiva, que partia da magia rumo ao pensamento científico, esse autor coletou dados importantes sobre o poder sagrado dos reis.

Essa prática foi interpretada pelo evolucionista, de forma etnocêntrica. Para ele, a adoração real era fruto do pensamento tacanho do “primitivo,” que sequer conseguia estabelecer a diferença entre natural e sobrenatural. “Para ele o mundo é em grande medida regido por agentes sobrenaturais, isto é por seres pessoais que agem por impulso” (FRAZER, 1982: 33). Numa posição pouco desenvolvida do pensamento humano, esses povos acreditavam que o homem podia manipular a natureza a partir de atividades mágicas. Essa tarefa era atribuída ao rei, que era empossado tanto do poder temporal como do espiritual.

Desde a antiguidade clássica, o rei era considerado como detentor de propriedades sobrenaturais e detinha atribuições religiosas. Era na maioria das vezes mago ou sacerdote, que por esse motivo teria ascendido ao poder. Trata-se, segundo Frazer (1982), de uma característica dos povos selvagens e bárbaros conceber o Deus-Homem Mágico, uma vez que a distinção entre divindade e ser humano é imprecisa. Trata-se de um personagem que dispõe de graus elevados de poder. “Todo o ser deste indivíduo está em tamanha harmonia com a natureza que um toque de sua mão pode provocar vibração” (FRAZER, 1982: 47). A principal incumbência desses Deus-Homens é o controle da natureza e o bem-estar de seus súditos.

Essa experiência pôde, segundo Frazer, ser averiguada nos cinco continentes, em várias culturas. Na África, por exemplo, o povo bantu wanbugwes, os feiticeiros, ganharam *status* de chefe, por possuírem a capacidade de fazer chover. No Egito antigo, os reis sagrados eram responsáveis pela colheita. No Pacífico – Ilha de Coral Nue – os reis eram sumo sacerdotes e tinham a responsabilidade de promover a abundância de alimentos (FRAZER, 1982).

Frazer concebe outro tipo de Deus Homem, o religioso; um ser de uma ordem diferente do homem e a ele superior que encarna num corpo humano. Refere-se à realeza sagrada que ele afirma ter tido origem na instituição dos mágicos ou curandeiros públicos. Por vezes, representavam a própria encarnação da divindade, preche de poderes. No Japão, o dairi – imperador espiritual – era a encarnação da deusa sol que governa o universo ou os reis do Egito que eram divinizados em vida e recebiam sacrifícios.

O ato de dar presentes ou realizar sacrifícios à divindade era corriqueiro, uma vez que sob o domínio desses reis estava submetida a natureza. Por tal, precisavam ser agraciados. Dessa forma, controlariam a seca, a escassez, a peste e a tempestade. Caso suas atribuições falhassem, eram punidos. Geralmente, os grupos não esperavam a derrocada desse deus, substituíam-no antes disso. Ninguém esperava a morte de um rei divinizado, sob pena de padecer com diversos infortúnios.

No reino do Congo, por exemplo, existia um sumo pontífice, denominado de chintomé, considerado o Deus da terra. Todos os primeiros frutos da colheita eram oferecidos a ele. Acreditava-se que o grupo feneceria se ele morresse de morte natural, sendo assim, ele precisava ser substituído. Enquanto vivo, os súditos tinham o maior cuidado com o rei como medida de preservação de suas próprias vidas (FRAZER, 1982).

Pelo que se pode ver, nas culturas africanas o rei divindade não pode passar pela experiência natural da morte. Nesse sentido, a morte deve ser induzida, para evitar a degradação da divindade, e conseqüentemente, da comunidade. Muitos povos matam os seus reis, tão logo a velhice ou a debilidade de sua força se aproxime.

Entre os Dinka, do vale do Nilo, se um fazedor de chuva – chefe divinizado – morresse, a comunidade padeceria de fome, os rebanhos ficariam inférteis, as pestes se multiplicariam. Em função disso, o próprio sacerdote, ao sentir-se debilitado, pediria ao filho para morrer. O sucessor, então, abria uma cova, na qual o velho se deitaria, para ser enterrado vivo. Antes da cerimônia ser concluída, ele, deitado na cova, reproduziria toda a história da comunidade para os mais novos. Em algumas sociedades, o rei poderia ser substituído por um súdito, imolado em seu lugar (FRAZER: 1982).

A atitude de divinização real não é atributo apenas das sociedades consideradas por Frazer como “primitivas”. Ele mesmo anuncia a sacralização dos reis europeus durante toda a Idade Média, que detinham poder de curar enfermidades como as escrófulas; doença conhecida como “mau do rei”. Foi essa dica do evolucionista que serviu de inspiração para um dos mais belos compêndios acerca da sacralização real no “velho mundo”.

Marc Bloch (1993), membro da primeira geração dos Anales, escola francesa que revolucionou a historiografia mundial, escreveu o célebre *Os Reis Taumaturgos* (BLOCH, 1993). Esse intelectual tinha por proposta ler a história política da França e da Inglaterra, a partir de uma nova perspectiva que envolvia a religião, a magia, o poder simbólico do rei, atributos que compunham a esfera de pesquisa própria da ciência antropológica. Partindo do pressuposto de que os monarcas europeus eram considerados o centro do universo, esse autor aponta pistas fundamentais na abordagens de nossos “brancos”.

Primeiramente, aponta uma peculiaridade dos reis franceses e ingleses: a de serem taumaturgos. Ou seja, curarem a partir do toque da mão doenças como as escrófulas – adenite tuberculosa, inflamações dos gânglios linfáticos, provocadas pelo bacilo da tuberculose. Na França, há pesquisadores que afirmam que essa prática muito difundida iniciou, provavelmente, com o rei Clóvis,²⁵ cristianizador da nação e percorreu as dinastias dos reis carolíngios e merovíngios, chegando ao rei Luís XV. Ou seja, foi empregada por Luís IX – o São Luís – Luís XIII –, delfim na época da invasão do Maranhão – e por Luís XIV – o Rei Sol.

Esse poder advinha da ideia de sacralidade do rei, que era visto como santo pela população. O dom era considerado divino, por vezes atribuído aos céus, e passado hereditariamente. O rei espalhava o seu mana (1974) pelos objetos que estavam em contato com seu corpo, como o manto e a água na qual lavava as mãos, após tocar as pústulas.

Os súditos recolhiam essa água e a bebiam em jejum. As franjas do manto real eram arrancadas e colocadas em infusão para servir de remédio. A mera invocação do nome real era usada para curar possuídos que, por vezes, recebiam em sonho a ordem para procurar o rei.

A reputação taumatúrgica dos reis logo se espalhou pela Europa. Pessoas de feudos distantes viajavam quilômetros em busca de alento às suas mazelas. Espanhóis, italianos, normandos fizeram-se presentes nos livros de registros reais como possíveis “pacientes”, que recebiam uma pequena soma em dinheiro. Só os súditos oriundos de lugares distantes recebiam esmola real, o que pode ter servido de atrativo.

Na Europa, criou-se especializações no poder curativo dos reis. Dessa forma, no reinado de Luís XV, os enfermos passavam por uma triagem a fim de fazer chegar ao monarca apenas os escrofulosos, haja vista que esse tipo de cura era a sua especialidade. Na Dinamarca, por exemplo, acreditava-se que o toque real promovia a fertilidade.

²⁵ Marc Bloch discorda dessa afirmativa, informando que a crença de que Clóvis teria curado o seu escudeiro, Lanicet, surgiu no século XVI. De qualquer forma o imaginário francês a atribui ao rei cristão.

O milagre régio era, antes de tudo, uma consequência do poder político supremo que essa figura exercia. O poder supremo que os aproxima do sagrado, que tudo pode e tudo vê. O poder de influir sobre o curso natural das coisas, de manipular a natureza. “Os médicos da Europa puderam se tornar médicos porque já eram, há muito tempo, personagens sagrados” (BLOCH, 1993: 70).

Os monarcas eram descendentes diretos de famílias predestinadas a curar. Dinastias inteiras exerceram as atividades profiláticas. Cabe destacar a relação intrínseca que existe entre essa atividade e o cristianismo, haja vista que todos os reis europeus curadores eram cristãos; alguns deles, inclusive canonizados pela Igreja Católica, como são Luís e são Olavo, são conhecidos como “reservatórios aptos a atuar no outro mundo” (BLOCH, 1993: 81).

Além de predestinados, os reis eram sacralizados por meio de um rito de unção com os santos óleos, realizado sobre a cabeça real, colocando-os em pé de igualdade com os bispos. Se, na Idade Média, um simples padre era considerado como detentor dos eflúvios sagrados, o rei somava esse poder religioso ao político, afinal era o soberano, chefe da nação. E, por falar em nação, a sacralização real tinha uma forte conotação nacionalista, uma vez que os habitantes dos domínios franceses – por exemplo – procuravam o seu soberano em busca de alívio aos seus sofrimentos. O rei possuía santidade.

O processo de cura era igual nos reinados franceses. Consistia em tocar o corpo do enfermo nas partes infectadas e fazer o sinal da cruz – referência direta ao hábito católico. Ele benzia os súditos em nome de Deus. Por vezes, proferia palavras que serviam de fórmula no processo. Geralmente, dizia-se “O rei te toca, Deus te cura” (BLOCH, 1993: 93).

A literatura médica chega por vezes a referir a essa atitude profilática, de forma que no Tratado de Medicina (*Compeëndium Medicinæ*), de Gilbertus Anglicus, datado da primeira metade do século XIII, refere-se à escrófula como “escrófulas, também chamados de mau régio porque os reis curam-na” (ANGLICUS *apud* BLOCH, 1983). Os de Mondeville, cirurgião do rei, consideravam o monarca por colega. Por vezes, os próprios médicos estabeleciam uma espécie de parceria com o rei, encaminhando para ele todos os casos de escrófulas cujo tratamento medicinal falhara. Outras vezes, eles submetiam a tratamentos naturais apenas os casos que não tivessem tido sucesso com o rei. Pode-se ler na “Práxis Médica”, de Jhon of Gaddesden, que “Se os remédios são ineficazes o doente deve ir ao rei e fazer-se tocar e benzer por este (...). Se tudo mais mostra-se insuficiente ele deve confiar-se a um cirurgião” (BLOCH, 1993: 109).

Seja pela oralidade seja pela literatura especializada, a notícia se espalhou pelo imaginário europeu, chegou às classes populares e atravessou o

Atlântico para as terras brasileiras. Não podemos esquecer que a mentalidade desenvolve-se num tempo de longuíssima duração (BRAUDEL, 1958). Não há como negar o dinamismo dessa crença, que assumiu matizes diferentes ao longo do tempo, todavia, um elemento permaneceu imutável: o caráter sagrado da realeza.

Todas as características observadas por Bloch na análise do toque das escrófulas permanecem no culto aos Senhores de Toalha, ou Nobre Gentis Nagôs, atrevo-me a completar inclusive com as informações sugeridas por Frazer.

Essas entidades são todas nobres, em sua maioria reis. Em vida foram detentores do poder absoluto, centralizador, expansionista. Talvez esse seja o elemento que os tenha tornado sagrados a ponto de serem relacionados às divindades africanas.²⁶ Foram divinizados os membros das dinastias de Avis e Borgonha, numa referência clara ao expansionismo e à colonização do portuguesa. Nesse sentido, considerando que, no período histórico referido, o Brasil era apenas colônia de Portugal, a mitologia fala de nacionalismo. Não há referência nenhuma ao processo de independência do Brasil. Um informante sugeriu o encantamento de D. Pedro, e ainda assim o descreveu como um encantado sem *status*, comum na linha de cura, onde baixa despido de nobreza.

Existem dinastias não portuguesas, como o caso da Família da Gama, que é espanhola, uma possível referência ao processo de União Ibérica. As entidades dessa família têm o mesmo *status* das portuguesas, o que é garantido não pelo elemento nacionalismo, mas pelo catolicismo, haja vista ser a Espanha um país cristão católico. Ainda assim, podemos dizer que esses encantados são bem menos conhecidos em terras paraenses. Apenas um informante disse receber D. Miguel da Gama, o chefe da família.

Outro elemento importante de ser destacado é o nome dado ao líder dessa dinastia, Dom Miguel, nome do irmão de D. Pedro, que não contava na lista sucessória do trono. Considerando que em toda a história da Espanha não foi encontrada nenhuma referência à dinastia Gama, questiono-me se chamar o líder dessa família não portuguesa de Miguel não foi uma forma de correlacionar aquele que em vida foi um não líder a uma nação não portuguesa, que durante décadas colocou em xeque a soberania nacional portuguesa.

Por que nenhum dos reis espanhóis foi elencado para a liderança da família espanhola? Por que nenhum membro da Dinastia Filipina, que esteve no poder durante o período da União Ibérica, é citado? Por que criar um rei supostamente espanhol com nome português? Claro que nenhuma das perguntas pode ser respondida com absoluta segurança, haja vista que o imaginário nativo não oferece dados precisos, ou os oferece pelo silêncio. Minha hipótese é que a omissão da realeza espanhola é uma forma clara de

²⁶ Algumas dessas divindades africanas também foram reis.

subjugar, simbolicamente, a nação responsável pela humilhação da soberania portuguesa. Fala-se sobre eles por serem cristãos e parte integrante da história de Portugal, mas fala-se através do silêncio.

Outra família nobre de tanta importância quanto a portuguesa é a francesa. Ao contrário do que acontece com os espanhóis, fala-se de diversos reis da França, concentrados na figura de um único encantado, D. Luís, rei de França. Esse personagem traz características de três monarcas, que são: D. Luís IX, o santo; D. Luís XIII, o delfim, no período da ocupação do Maranhão e, seu filho, D. Luís XIV, o Rei Sol.²⁷ Além deles, outros personagens são citados, como Maria Antonieta e Joana D' Arc. Os demais não são conhecidos pela historiografia.

Existe uma referência a um Clóvis I, descrito como o padre que lutou com o rei Sebastião, em Alcácer Quibir, tendo se agregado à sua família. Interessante destacar que a historiografia fala do rei francês, Clóvis, como o responsável pelo processo de cristianização da França. Nesse sentido, se o imaginário foi responsável pelo rearranjo, ele o fez em cima de um fundamento comum, que torna esse mito coerente diante do projeto maior que é falar da história luso-brasileira.

Os franceses, também católicos, são pouco cultuados no Pará,²⁸ mas a referência a eles estabelece uma ligação simbólica entre Pará e Maranhão, Estado onde A Mina “deita raízes” (VERGOLINO, 2003). Por que o imaginário abriu mais espaço à nobreza francesa? Por que não os ocultou da mesma forma que o fez com os espanhóis, haja vista que foram responsáveis pela ocupação do Estado do Maranhão? Partindo também de hipóteses, lembro que a ocupação foi efêmera e não significou agressão à soberania portuguesa no Brasil.

Conforme é possível observar, o catolicismo é outra máxima que estabelece um elo entre a consagração do rei na Idade Média e nos terreiros de Mina. Todos os nobres não cristãos possuem *status* um pouco inferior e sinais diacríticos que os aproximam das entidades não nobres. Chegamos a afirmar que são líderes nobres de famílias caboclas, ou ainda de famílias compostas em sua maioria por caboclos. São nobres não brancos, às vezes referidos como reis mestiços. Em muitas narrativas, esses nobres se cristianizaram. Isso não signifique estar em pé de igualdade com os outros.

²⁷ D. Luís IX é da dinastia Capetiana e os demais, D. Luís XIII e D. Luís XIV, são da casa de Bourbon.

²⁸ Toda vez que questionamos sobre esse encantado, os informantes são unânimes em afirmar que era recebido por Maria Aguiar, mãe de santo famosa por sua ligação com o intendente Magalhães Barata, e por ser responsável pela introdução da Umbanda no Pará.

Mais nobres ou menos nobres, todos esses reis são sacralizados, detêm propriedades sobrenaturais, capazes de manipular a ordem natural das coisas mediante um sistema de dádiva (MAUSS, 1974), que é estabelecido por meio da doação de oferendas, sacrifícios etc.

Um elemento comum a essas entidades é a não experiência da morte natural. Todos eles são classificados na categoria de encantados. Se as etnias africanas exterminavam o rei antes de sua decrepitude, os europeus são imortais. Eles passam do plano natural para o sobrenatural por meio de um acontecimento fantástico; que de forma êmica é descrito pelo verbo “se encantar”. Geralmente, desaparecem em eventos catastróficos, como guerras e naufrágios. Podem simplesmente desaparecer. Passam a habitar um lugar invisível denominado encantaria, de onde saem para interagir com os humanos por meio da experiência do transe.

Nos limites deste artigo, pretendemos fazer uma viagem à Europa mítica através das narrativas fantásticas dos mineiros paraenses, no intuito de saber sobre um dos personagens mais importantes da categoria “brancos”.

Importante seria analisar pausadamente a trajetória mítica de todos esses sujeitos. No entanto, trabalharei com apenas um rei, escolhi um dos mais famosos, Dom Manoel, o Venturoso, rei de Portugal durante dois eventos históricos de grande importância: a expansão marítima e a descoberta do Brasil. Meu interesse é fazer uma “arqueologia do simbólico” e entender as aproximações entre mito e história.

Dom Manoel; o rei do mundo

Em minha trajetória de pesquisa, encontrei uma grande liderança religiosa que recebesse, por meio do transe estático, Dom Manoel, o Venturoso. As narrativas sobre essa entidade são restritas, portanto, informo que o presente artigo foi construído em cima da narrativa mítica fornecida por Pai Luis Tayandô, paraense, filho de santo de Orlando Machado – Pai Bassu –, e neto de santo de mãe Margarida Mota, maranhense, importante liderança do Terreiro do Egito.

Numa primeira abordagem, Pai Tayandô afirmou ser Dom Manoel, um rei romano sincretizado com orixá Oxalá ou com o vodum Toy Lissá. Essa informação desmontava por completo a hipótese defendida por mim, nos limites deste artigo, que objetivava traçar analogias entre os reis do panteão mineiro e os personagens históricos da corte lusitana.

Meses depois, o telefone de minha casa tocou, tratava-se do referido religioso, que retificava a narrativa. Havia descoberto, segundo ele, em meio a uma conversa com a própria entidade, que Dom Manuel, na verdade, era o rei expansionista.

Caso nenhum dado tivesse sido fornecido acerca dessa entidade, a correlação entre Dom Manoel, Oxalá e Lissá já falava por si. Resta perguntar, para entender tal afirmação, quem são esses personagens? Divindades do panteão *iorubá* e *jeje*, que correspondem ao Deus supremo ligado da criação.

Pierre Verger, em seu livro *Nota sobre o Culto aos Orixás e aos Voduns* (2000), informa que existem quatro entidades com a mesma função e explica que “é difícil estabelecer uma distinção entre Obatalá’, ‘Osala’, ‘Osalufon’, ‘Osagiyán’ e ‘Osa Popo’”. No Brasil, permaneceram sob a característica “fum”, ou seja, albinas.

Cacciatore (1977) o define como:

Oxalá: Nome brasileiro de Obatalá, o orixá Ioruba da criação da Humanidade, filho de Olorum, Deus supremo o qual lhe delegou poderes para governar o mundo. É sincretizado com o sr. Do Bonfim (filho do Deus Católico). Tem duas formas; a da mocidade guerreiro, cheio de vigor e nobreza, Oxaguiã. E a da velhice, cheia de bondade, figura nobre e curvada ao peso dos anos, apoiada em seu cajado (paxorô), Oxalufã. Tem na África vários nomes conforme o lugar em que é cultuado: Obatalá (em toda a Nigéria), Orixá Ogunhã (em Ejígbo), OrixáaKô (em Okô), etc. Orixalá (o grande orixá) é um de seus títulos. É o rei dos orixás e dos homens; o mais querido e respeitado dos deuses afro-brasileiros (CACCIATORE, 1988: 200-201).

Sobre Lissá ela completa ser “a parte masculina do ser supremo, no Daomé” (atual Benim). Na verdade, o casal responsável pela criação para, os fon, é *Mawu* e *Lissá*. Verger (2000) faz outra referência, diz que Mawu-Lissá, é considerado um deus monoteísta em toda área do baixo e Médio Daomé e na região do Togo.

Um dos mitos de Oxalá, seu equivalente yorubano, diz que no início dos tempos, o universo era um todo pantanoso. De bom, só existia o céu, onde morava Olorum, e todos os orixás. Olorum confiou a Orixalá a tarefa de criar a terra firme e para isso deu-lhe uma concha marinha com terra. Orixalá então desceu ao pântano e nele depositou a terra da concha. Para facilitar o seu serviço, colocou uma pomba²⁹ e uma galinha para ciscar e assim espalhar a terra por toda a parte. Mas, afinal, o que tudo isso tem a ver com Dom Manuel?

Para entender essa correlação, primeiramente é preciso saber quem foi em vida esse monarca. A história portuguesa afirma que esse rei, da dinastia de Avis, assumiu o trono em 1495. O Duque de Beja, como era conhecido, vinha a ser filho do infante D. Fernando, irmão de D. João III. Seu reinado

²⁹ Interessante mencionar que uma das “oferendas” dessa entidade é um pombo todo branco.

teve fundamental importância para a História, uma vez que alargou as fronteiras do mundo conhecido, chegando até o Brasil.

O universo ganhou novos contornos, após o reinado de Dom Manuel, e o pequeno país na extremidade da Península Ibérica expandiu-se para o Índico, o Pacífico e, principalmente, para o Atlântico.

A referência a Dom Manuel como rei de Roma, embora, à primeira vista, tenha perturbado as minhas hipóteses, faz sentido. Talvez, essa analogia seja uma forma metafórica de falar sobre o apreço exacerbado ao catolicismo, que acompanhou suas conquistas imperialistas.

Na luta contra os infiéis, ele decretou o exílio dos judeus, que, caso não saíssem de Portugal em quatro meses, perderiam os seus bens e seriam condenados à morte. Posteriormente, percebendo o prejuízo que isso representaria para a Coroa Portuguesa, concedeu a permanência dos mesmos, desde que se convertessem ao cristianismo, ordenando o batismo obrigatório e extinguindo sinagogas. Ainda assim, pôde-se registrar perseguição aos chamados cristãos-novos através de motins e do envio dos mesmos para o recém-descoberto Brasil.

Outra referência à ligação desse soberano com Roma antecede à sua subida ao trono português. Uma vez que, Dom João II, seu antecessor, tentando evitar que a sucessão recaísse sobre seu sobrinho, solicitou a Roma a legitimação de um filho bastardo. Tentativa frustrada pela negação papal. A historiografia registra que Dom Manuel, numa demonstração de reverência ao papa, deu-lhe de presente um elefante albino e um leopardo, trazidos de seus impérios.

Não só os judeus foram alvo das perseguições manuelinas. Em seu reinado, realizou-se diversas expedições tentando tirar dos mouros o domínio do comércio no Índico. Lutou-se contra os muçulmanos, visando expandir o cristianismo na Ásia.

Isso só foi possível devido à exacerbação do caráter centralista do Estado, que passou a dominar não só o comércio como também a guerra. Aventureiros particulares transformam-se em oficiais, engordando a receita do Estado. A nobreza tornou-se mais submissa ao poder real.

Para fazer jus à grandiosidade de seu reinado, Dom Manuel multiplicou rapidamente a corte deixada por Dom João II. A nobreza aumentou em número e, em rendimento, proliferaram-se os cargos e os ofícios mantidos pelo Estado. Até as dependências reais ganharam suntuosidade. A residência medieval foi substituída por um palácio às margens do rio Tejo, erguido com galerias, em estilo renascentista, no local onde outrora fora um armazém de especiarias – que ainda cheirava a canela – com o sugestivo nome de “Casa da Mina”.

A legislação passou por diversas reformas legislativas que fundamentaram as atribuições do Estado. As Ordenações Manuelinas foram responsáveis pelo desaparecimento do direito foral e pelo estreitamento da atuação municipal.

O tráfico de especiarias intensificara-se e, principalmente, o domínio de novos territórios. A importância de Dom Manuel era tanta, nesse sentido, que ao título de Rei de Portugal e dos Algarves, acrescentou-se “Senhor das conquistas navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia” (SARAI-VA, 2001). Ou seja, Portugal transformou-se numa das maiores potências navais e comerciais da Europa.

A Coroa Portuguesa montou feitorias na Índia – correspondente à península indostânica e a todo mundo oriental – que se desenvolvia do Cabo da Boa Esperança ao Japão – na China³⁰ e, principalmente, em Goa.³¹

Não há como negar que o feito mais importante do reinado de D. Manuel foi a descoberta do Brasil. Pedro Álvares Cabral partiu do Tejo, em 8 de março de 1500, com uma frota de 13 navios e 200 homens. O destino era, pelo menos oficialmente, encontrar um novo caminho marítimo para as Índias, haja vista que as rotas mediterrâneas estavam dominadas pelos muçulmanos do norte da África.

A enorme discussão estabelecida sobre a intencionalidade do descobrimento do Brasil de forma alguma invalida um fato; os portugueses chegaram ao novo mundo, entrando pelo monte que – em virtude de ser período de Páscoa – recebeu o nome de Pascoal. A primeira denominação atribuída ao território era Vera Cruz. Os anos que se seguiram foram marcados pela tentativa de ocupação da nova colônia portuguesa e pela exploração daquela que, aparentemente, era a sua maior riqueza, o pau-brasil e que acabou por lhe dar nome.

Mas onde está o Nobre mineiro em meio a essa narrativa?

³⁰ Há anos os portugueses tinham acesso à China por intermédio da “Estrada da Seda”, que atravessava a Ásia central e chegava aos portos orientais até o mar Negro ou Constantinopla. Dom Manuel queria estabelecer uma rota marítima que substituísse a terrestre. Para tal, tentou negociar a fundação de um estabelecimento comercial português em Málaca que serviria de entreposto entre os portos chineses. Todavia, os governantes locais não se mostraram interessados na negociação. Em função disso, em 1511, os portugueses conquistaram a cidade, estabelecendo ali o comando de expansão para o extremo oriente. Apesar de todas as tentativas de chegar à China, isso só foi possível em 1557, quando os portugueses se estabeleceram numa ilha ligada a esse país, por um istmo; a península de Macau. Portugal transformou essa comunidade de pescadores numa cidade comercial que, até 1645, foi o único entreposto chinês para o comércio exterior (SARAI-VA, 2001).

³¹ Cidade conquistada por Afonso de Albuquerque, em 1510, e serviu de base para a expansão do catolicismo na Ásia.

As associações entre a entidade sagrada e a personalidade histórica podem ser observadas na ação ritual. Existe uma doutrina que comumente se canta nos *terreiros* em louvação a Dom Manuel, cuja letra é a seguinte:

“Andei, Andei
Eu passei pelo fundo
Senhores me dê notícias
De Dom Manuel Rei do Mundo”.

Ela se refere a Dom Manuel, o encantado do Tambor de Mina, como “o rei do mundo”. Aquele que conseguiu dominar o globo, ampliar suas fronteiras, levar a bandeira portuguesa para os quatro continentes, de forma que um pedaço de terra encurralado entre o Mediterrâneo e a Espanha tenha ganhado proporções mundiais.

“Dom Manuel
Levante a sua bandeira
Dom Manuel
Levante a sua bandeira
Da outra banda de cá
Da outra banda de lá
Da outra banda de cá
Da outra banda de lá.”

A bandeira aí referida não só diz respeito ao império português, mas também ao cristianismo que se espalhou pelas terras da coroa lusitana. Destaco a inserção da Companhia de Jesus no Brasil, em Goa, nos domínios africanos etc. Os escritores portugueses chegaram a comparar Goa a Roma, considerando que essa cidade serviu de polo de expansão católica para a Ásia. A ligação com Roma novamente é mencionada.

“Dom Manuel como é teu nome
Aperta a cunha da cunha cunhá
Dom Manuel dai-me paciência
Aperta a cunha da cunha cunhá
Dom Manuel é Rei de Roma
Aperta a cunha da cunha cunhá.”

Algumas doutrinas referem-se especificamente ao Brasil, ainda como a pequena Vera Cruz diante da grandeza do Estado lusitano.

“Dom Manuel Bem Boçu
Dom Manuel Boa
Dom Manuel da Vera Cruz
Dom Manuel Boa.”

Outras, apenas falam da posição hierárquica assumida por essa entidade que chega a se confundir com um vodum.

“Fala Vodum Naê
Fala Vodum Naê
Dom Manuel ta na coqueira
Fala Vodum Naê.”

Inquietei-me com uma letra que parece não ter lógica nenhuma, exceto quando associada ao fato de Dom Manuel esperar encontrar ouro no Brasil, da mesma forma que os espanhóis o fizeram nas colônias da América Central.

“Dom Manuel
Pisa no ouro,
Pisa no ouro
Pra Dom Manuel.”³²

Quando os tambores entoam esse ponto, as pessoas dançam mais lentamente e fazem um movimento com o pé, como se estivessem pisando em algo, talvez no mundo que estava sob os pés de Dom Manuel.

Como *Oxalá*, “D. Manuel” é representante do poder supremo de “criar” o mundo, ainda que esse verbo tenha que ser substituído pelo descobrir. Como *Mawu*, é único rei, centraliza o poder em suas mãos.

Ao adorar Dom Manuel, associado aos orixás e voduns da criação do mundo os afro-brasileiros metaforicamente definem o expansionismo lusitano e a chegada dos portugueses ao Brasil como marco zero de nossa existência. Nesse sentido, referir a Dom Manuel como o ancestral branco maior explica o sincretismo afro-católico que sincretiza ambos com a figura de Jesus Cristo.

A narrativa de nosso informante, apesar de curta, reconhece que Dom Manuel é realmente “O Venturoso” e o descreve como o descobridor de outros mundos, pois é “através do reinado de D. Manuel que o universo foi descoberto” (Pai Tayandô, adepto do tambor de mina). O mito prossegue

³² Anaíza Vergolino, no encarte do CD “Ponto de Santo” (2003), refere-se a essa “doutrina” como sendo entoada especificamente quando alguém se encontra sob a influência de outro Vodum, que é senhora Nave.

exaltando o nacionalismo ibérico quando o narrador afirma que seu *assentamento*³³ dessa entidade leva folha de oliveira.³⁴

A comida que seu filho Tayandô diz servir para ele são ovos nevados que, de acordo com o informante, teriam surgido dentro dos conventos, das gemas que sobravam quando as freiras iam fazer a hóstia. Na festa em sua homenagem, Dom Manuel apresenta-se todo vestido de branco, apoiado em uma bengala que, para *mina* do Maranhão configura símbolo *status*. Sai do quarto sagrado acompanhado por um filho de santo, de posição elevada na hierarquia do terreiro. Esse condutor carrega na mão um enorme guarda-sol branco, usado em outras manifestações negras como símbolo de realeza, a exemplo do Maracatu de Nação, parte do folclore pernambucano.

Na antessala do terreiro, construiu-se um trono todo ornamentado com tecidos de renda fina e tafetá brilhoso na cor prateada. No qual, após a apresentação pública e a entoada das doutrinas já descritas, Dom Manuel senta-se para receber os cumprimentos dos filhos de santo da casa, e demais visitantes, que se prostram aos seus pés em pedido de proteção.

Ao lado do referido trono havia uma pequena banqueteta, também coberta por tecidos finos e sobre a mesma um bule e uma xícara de porcelana branca contendo chá de maçã, para destacar a sua nobreza.

Os *nobres*, ou *senhores de toalha*, dificilmente tomam cerveja ou falam pornografias, como alguns caboclos. Também não podemos dizer que são personagens brincalhões. Geralmente, apresentam-se com o semblante sério, o corpo curvo e os passos lentos, aos moldes do que Norbert Elias denomina como Sociedade de Corte.

Considerações Finais

A título de conclusão, gostaria de informar ao leitor que todas as análises aqui realizadas são preliminares. Os dados citados apontam para diversos caminhos de análise. Como sugestão para estudos futuros, é preciso pesquisar mais minuciosamente a relação de parentesco estabelecida entre esses reis e outras entidades nobres ou não nobres. Isso certamente nos traria dados preciosos acerca da divinização das relações sociais e da constituição do povo brasileiro.

Informações mais detalhadas da história de Portugal, suas dinastias, sua constituição política e econômica poderiam complementar os dados levan-

³³ Elemento sagrado que contém a força mágica dos “orixás”. Onde essa divindade mora.

³⁴ É importante deixar claro que essa inclusão de elementos portugueses nos “assentamentos” dos nobres não é um ponto de consenso, a maioria dos religiosos serve para essas entidades as oferendas dos Orixás e Voduns correspondentes. Alguns informantes dizem que “nobres gentis” não possuem assentamento porque não são divindades.

tados. Talvez nesse material se achasse o significado de referências feitas em trechos de músicas que, à primeira vista, parecem desconexas.

Está ausente deste artigo a análise do mito dos outros reis. Gostaria de, brevemente, destacar três dessas entidades: Rei da Turquia, Marquês de Pombal e Dom Pedro.

O personagem, Rei da Turquia, apesar de ainda não ter sido devidamente vislumbrado, faz referência à característica miscível³⁵ do povo português e, conseqüentemente, do brasileiro, que assimilou elementos de outras culturas, embora de maneira desigual. Esse é o caso dos mouros que durante muitos anos ocuparam a Península Ibérica. A presença desse elemento no panteão do “Tambor de Mina” faz refletir o porquê de um rei mouro ganhar espaço de sacralidade, enquanto a Dinastia Filipina, de procedência espanhola, que dominava o trono lusitano durante o período da fundação de Belém e reconhecimento da Amazônia, ser jogada ao esquecimento. Se ambos representaram crise para a soberania nacional portuguesa, que critérios foram utilizados para agregar determinadas personalidades e excluir outras?

Dom Pedro, por sua vez, príncipe herdeiro, que se tornou o primeiro rei do Brasil independente, é pouco cultuado. Seria uma referência à desvalorização da autonomia brasileira? Pode-se pensar esse dado como uma das formas de contestar o processo de independência como aconteceu no plano político?

Por enquanto, esses questionamentos são apenas uma forma de suscitar discussão, reflexão futura e mostrar ao leitor a riqueza desse campo de análise.

Referências

BARROS, Flávio Pessoa de. **Olubajé**. Rio de Janeiro: INTERCON – UERJ, 1999.

_____. **A Fogueira de Xangô: O Orixá do Fogo**. São Paulo: Ed. Pallas, 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva. “Branqueamento e Branquitude no Brasil.” In: CARONE, Iray & BENTES, Maria Aparecida Silva (org). **Psicologia Social do Racismo Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BLOCH, March. **Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio na França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRASIL, Mário Lima. **Mudanças Musicais Gravadas no Babassuê**. Gravado em 1938 em Belém/Pa. São Paulo: ECA/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A Longa Duração.” In: **Debats et Com-**

³⁵ Ver Freyre, 1995: 188-262.

bats. França: Annales E. S.C., 1958.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem Pública de Luís XIV.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

CALAZANS, Francisco José. *Época Pombalina: Política, Economia e Monarquia.* São Paulo: Ática, 1982.

CARNEIRO, Edison. **Antologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Ediouro, s/d.

_____. **Religiões Negras, Negros Bantos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Negros Bantos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1993.

_____. **Ladinos e Crioulos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1948.

CARONE, Iray & BENTES, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia Social do Racismo Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. “Branquitude: O Lado Oculto do Discurso sobre o Negro.” In: CARONE, Iray & BENTES, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia Social do Racismo Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002.

DA MATTA, Roberto. “A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo à Brasileira.” In: **Relativizando.** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **O Processo Civilizador.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993b.

_____. **Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERRETTI, Mundicarmo. **Desceu na Guma: O Caboclo no Tambor de Mina. São Luís – A Casa de Fanthi-Ashanti.** São Luís: SIOGE, 1993.

FERRETTI, Sérgio. **Repensando o Sincretismo.** São Paulo/ São Luís: FAPEMA, 1995.

_____. **Querebetan de Zomadonu: Etnografia da Casa das Minas.** São Luís, EDUFMA, 1983.

FIGUEIREDO, Aldrim de Moura. **A Cidade dos Encantados: Pajelança, Feitiçaria e Religião Afro-Brasileira na Amazônia, 1870-1950** (Dissertação de Mestrado). Campinas. IFCH/UNICAMP, 1996.

FRANKENBERG, Ruth. “A Miragem de uma Branquitude não Marcada.” In: WARE, Vron.

- Branquidade: Identidade Branca e Multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FRAZER, Sir James. **O Ramo de Ouro.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- _____. **Ordem e Progresso.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- _____. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- _____. **Sobrados e Mocambos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- FRY, Peter. **Para Inglês Ver.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Kloogan S/A, 1989.
- GINSBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOFF, Jacques Le. **O Imaginário Medieval.** São Paulo: Editorial Estampa, 1994.
- _____. “As Mentalidades: Uma História Ambígua.” In: **História: Novos Objetos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- HAROCHE, Claudine. **Da Palavra ao Gesto.** Campinas: Papyrus, 1998.
- LEACOCK, Seth & LEACOCK, Ruth. **Spirits of the Deep: A Study of an Afro-Brazilian Cult.** Nova York: Anchor Book, 1972.
- LUCA, Taissa Tavernard de. **Devaneios da Memória: A História dos Cultos Afro-Brasileiros em Belém do Pará** (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: UFPA, 1999.
- _____. **Revisitando o Tambor das Flores: A Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará como Guardiã de uma Tradição** (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2003.
- MARTINS, Oliveira. **História de Portugal.** Lisboa: Guimarães, 1951.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** Vol. 2. São Paulo: EPU, 1974.
- MEYER, Marlyse. **Caminhos do Imaginário no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. **Maria Padilha e Toda a Sua Quadrilha.** São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- MURIAS, Manuel. **História Breve da Colonização Portuguesa.** Portugal: Verbo, 1961.
- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. & Souza, Patrícia Ricardo de. “Encantaria de Mina em São Paulo.” In: **Encantaria Brasileira: O Livro dos Mestres, Caboclos e Encantados.** Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- PRIORE, Mary del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial.** São Paulo, Brasiliense, 1994.
- QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira. “Dom Sebastião no Brasil.” In: **Dossiê Canudos.** São

Paulo: USP, 1993-1994.

QUERINO, Manuel. **A Raça Africana e seus Costumes**. São Paulo: Progresso, 1955.

_____. **Costumes Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938, 257.

RACHLEFF, Peter. “Branquidade: Seu Lugar na Historiografia da Raça e da Classe nos Estados Unidos.” In: WARE, Vron. **Branquidade: Identidade Branca e Multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1951.

_____. **As Culturas Negras**. Rio de Janeiro: Guanabara, s/d.

_____. **As Culturas Negras no Novo Mundo**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

_____. **O Folclore Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1935.

_____. **Introdução à Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições da C.E.B, 1943.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **O Animismo Fetichista dos Negros Baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1938.

_____. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. Porto: Europa-América, 2001.

SOVIK, L. “Aqui Ninguém é Branco.” In: WARE, Vron. **Branquidade: Identidade Branca e Multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

STEYN, Melissa. “Novos Matizes da Branquidade: A Identidade Branca numa África do Sul Multicultural e Democrática.” In: WARE, Vron. **Branquidade: Identidade Branca e Multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TODOROV, Tedzan. **Introdução a Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

VERGER, Pierre. “Uma Rainha Mãe de Santo em São Luís.” São Luís: IPES, 1983.

_____. **Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Orixás: Deuses Yorubás na África e no Novo Mundo**. São Paulo: Corrupio e Círculo do Livro, 1985.

VERGOLINO, Anaíza. **O Tambor das Flores** (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1976.

_____. “A Semana Santa nos Terreiros: Um Estudo de Sincretismo Religioso em Belém do Pará.” In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, 1987.

_____. “História Comum, Tempos Diferentes.” In: **Amazônia e a Crise da Modernidade**. Belém: MPEG, 1994.

_____. **Religiões Africanas no Pará: Uma Tentativa de Reconstrução Histórica**. Amazônia. Belém: IPAR, Ano 2, nº. 2, 2000.

_____. “Os Cultos Afro no Pará.” In: FONTES, Edilza Joana (org.). **Contando a História do Pará: Diálogos entre a História e a Antropologia**. Belém: E. Motion, 2003.

_____. **“Ponto de Santo: A Música e o Pará”** (Encarte de CD). Belém: SECULT, 2003.

_____. “Um Encontro na Encantaria: Notas sobre a Inauguração do Monumental Místico Rei Sabá.” In: **Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2008.

_____. & FIGUEIREDO, Napoleão. **A Presença Africana na Amazônia Colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará: 1990.

_____. & BRASIL, Mário Lima. **“A Música de Culto Afro-Brasileiro na Amazônia”** (Encarte de CD). Belém: SECULT, s/d.

WARE, Vron. “Introdução: O Poder Duradouro da Branquidade, Um Problema a Solucionar.” In: WARE, Vron. **Branquidade: Identidade Branca e Multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Submetido em: 15-9-2015

Accito em: 7-12-2015